

Mesquita, 20 de junho de 2022.

ITEM 28

Providências corretivas – Atendimento a Lei nº 9717/98.
(Certificado de Regularidade Previdenciária-CRP)

Na qualidade de Diretora Presidente do Instituto de Previdência deste Município, sirvo-me do presente para prestar os esclarecimentos abaixo e instruir o presente com os documentos pertinentes, acerca dos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Ao assumir a gestão deste Instituto, em 2021, providenciou abertura de processo administrativo nº 10127/21 com objetivo de sanear as irregularidades constantes no extrato previdenciário e obter a Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).

Da comparação dos extratos previdenciários, consultados e emitidos via CADPREV em datas diversas, nota-se que já a atual Gestão vem saneando eficientemente as irregularidades.

Da consulta via Gescon, cujo documentos seguem anexo, verifica-se que **foram regularizados nesta gestão:**

- Caráter contributivo (Inativos e Pensionistas- Alíquotas)
- Concessão de benefícios não distintos do RGPS - previsão legal
- Encaminhamento da legislação à SPS
- Observância dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas
- Adoção do plano de contas e dos procedimentos contábeis aplicados ao setor público
- Operacionalização da compensação previdenciária – Contrato com empresa de tecnologia
- Operacionalização da compensação previdenciária – Termo de Adesão
- Instituição do regime de previdência complementar - Aprovação da lei

Nota-se que o CRITERIO LEGISLAÇÃO já foi todo regularizado. Isto significa que o município atendeu às normas atinentes a Reforma da Previdência, determinadas pela EC 103/19.



Análise de Legislação			
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação	
Acesso dos segurados às informações do regime		Regular	
Caráter contributivo (União e Alíquotas - Aliquotas)		Regular	
Caráter contributivo (Instituições e Parâmetros - Aliquotas)		Regular	
Cobertura exclusiva e serventia efetiva		Regular	
Condição de benefícios não distintos do RPPS - previsto legal		Regular	
Encaminhamento da legislação à SPS		Regular	
Obrigatoriedade dos limites de contribuição ao ente		Regular	
Obrigatoriedade dos limites de contribuição dos segurados e pensionistas		Regular	
Regime de contribuição - caráter e resgate de benefícios		Regular	
Atualização das rendas previdenciárias - previsto legal		Regular	

Auditoria dos RPPS			
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação	
Análise Financeira Resol. CMN - Adesão da RPPS a Política Monetária - Decreto Administrativo		Regular	
Ajustamento do Auditor Plural em função da taxa de juros		Regular	
Ajustamento do RPPS em função da taxa de juros		Em Análise	
Caráter contributivo (Regime) - Decreto Administrativo		Regular	
Porta de acesso para os recursos previdenciários		Regular	
Exercício de Controle - Compatibilidade das informações - Decreto Administrativo		Regular	
Atualização da legislação previdenciária		Regular	
Atualização das rendas previdenciárias - Decreto Administrativo		Regular	

Foram também adotadas medidas com a finalidade de receber **Compensação financeira** a que o RPPS tem direito, conforme comprovam tela abaixo e **Termo de Adesão e Contratação** com a DAPREV anexos, para operacionalizar o sistema COMPREV.

Outros			
Critério(s)	Descrição do Critério	Situação	
Atualização financeira de acordo com Resolução do CMN - previsto legal		Regular	
Existência de delegação ou outorga de decisão em que seja garantida a participação dos segurados		Regular	
Existência de parâmetros mínimos temporários nos benefícios		Regular	
Atualização do regime de previdência complementar - Aprovação da lei		Em Análise	
Operacionalização da compensação previdenciária - Contrato com empresa de tecnologia		Regular	
Operacionalização da compensação previdenciária - Termo de Adesão		Regular	

Selecione ou consulte RPPS relacionados aos RPPS entre em contato por meio do sistema **COMPREV** ou pelo telefone (011) 2021-5666.

Imprimir

Já foram regularizadas, conforme comprovam documentos anexos, estando pendentes tão somente de análise administrativa para respectiva regularização:

- Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises – Avaliação Atuarial foi entregue com atraso, gerando a Irregularidade. Todavia, segue a AA e o



encaminhamento da NTA já está sendo providenciada pelo Atuário. Logo, em breve este critério será regularizado.

Das irregularidades ainda PENDENTES, esclarece:

- DIPR – Exercício 2022: Todas as competências processadas com sucesso. Logo essas competências serão regularizadas.

Lista de Arquivos Enviados					
Usuário	Data do Envio	Nome do Arquivo	Situação	Resultado do Processamento	Baixar XML
097.988.357-19	16/05/2022 13:00:57	DIPR_04132090000125_2020_1.xml	Processado com Sucesso		
097.988.357-19	16/05/2022 11:24:43	DIPR_04132090000125_2020_4.xml	Processado com Sucesso		
097.988.357-19	17/05/2022 16:19:51	DIPR_04132090000125_2020_4.xml	Processado com Sucesso		
097.988.357-19	17/05/2022 16:19:59	DIPR_04132090000125_2020_4.xml	Processado com Sucesso		
097.988.357-19	17/05/2022 15:54:16	DIPR_04132090000125_2020_4.xml	Processado com Sucesso		
097.988.357-19	17/05/2022 15:00:47	DIPR_04132090000125_2020_5.xml	Processado com Sucesso		
097.988.357-19	17/05/2022 11:21:24	DIPR_04132090000125_2021_8.xml	Processado com Sucesso		
097.988.357-19	09/05/2022 11:04:44	DIPR_04132090000125_2022_1.xml	Processado com Sucesso		

DIPR 2021 enviados. Aguardando análise e baixa.

DIPR Exercícios anteriores sendo retificados.

Com efeito, a obtenção de CRP exige um conjunto de ações que envolve diversos responsáveis e esferas de Poder, devendo ser considerado que **foram evidenciados esforços eficazes a elucidação das Irregularidades**, conforme demonstrado acima.

Assim, o único critério ainda Irregular, em curso ainda e que, de fato, demanda maior tempo para retificação e análise são os DIPRs, o que demonstra que vem sendo adotadas as devidas providências para que sejam respeitadas as regras estabelecidas nos artigos 40, 149, §1º e 249 da Constituição Federal de 1988, na Lei Federal 9.717/98, no artigo 69 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e nas demais normas regulamentadoras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a fim de assegurar a sustentabilidade do regime e o equilíbrio das contas do Município.



É o presente para comprovar que foram adotada providências eficazes quanto ao regular atendimento aos preceitos estabelecidos na Lei Federal n.º 9.717/98.

Respeitosamente,



Cátia da Silva Ferraz

Diretora Presidente

Cátia da Silva Ferraz
DIRETORA PRESIDENTE
MAT: 80.003



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Mesquita UF: RJ
CNPJ Principal: 04.132.090/0001-25

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 28/07/2015
VÁLIDO ATÉ 24/01/2016

N.º 981116 -
133965